

O SOLO URBANO SOB CONTROLE: O DESAFIO DA MORADIA DE INTERESSE SOCIAL NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO

Daniel Santos Alves da Silva
Universidade do Rio de Janeiro - UERJ

O Solo Urbano Sob Controle: O Desafio Da Moradia De Interesse Social Na Área Central Do Rio De Janeiro (Resumo)

O embate entre a recente valorização da zona portuária do Rio de Janeiro e as dificuldades de inserção da habitação de interesse social na área central da cidade é o tema central deste texto, de modo que cresce a implementação de empreendimentos imobiliários do Programa Minha Casa Minha Vida fora da área central da cidade o que contrasta com a luta pela moradia de qualidade do Movimento dos Trabalhadores sem-Teto do RJ.

Palavras-chaves: reestruturação urbana, raridade espacial, MTST, PMCMV.

The urban land under control: the challenge of social interest housing in the central area of Rio de Janeiro (Abstract)

The clash between the recent appreciation of the port area of the city of Rio de Janeiro and the difficulties of insertion of Social Housing (HIS) in the central area of the city is the central theme of this text, so grows the supply of real estate projects Minha Casa Minha Vida (PMCMV) outside the downtown area, which contrasts with the struggle of the homeless Workers Movement (MTST) for housing quality in the city center of Rio de Janeiro, also we will see how the concentration housing units PMCMV in areas far from the center determines a new organization of HIS in the city.

Keywords: urban restructuring, spatial rarity, MTST, PMCMV

A reestruturação¹ da zona portuária na área central da cidade do Rio de Janeiro², denominado Projeto Porto Maravilha surge, segundo o discurso da atual gestão municipal, como uma necessidade imposta pelo processo de transformação econômica da metrópole que nos últimos 50 anos viveu uma ausência de investimentos público federal principalmente pela mudança da situação administrativa da cidade que em 1960 deixa o status de capital federal.

Ao longo deste período fatores como o desaquecimento industrial, austeridade fiscal aos níveis tanto nacional quanto local e o desemprego disseminado e aparentemente estrutural³ contribuíram como elementos pontuais para a guerra dos lugares nos espaços urbanos, surgindo, portanto, *zonas de obsolescência*⁴ nas áreas centrais, caracterizando um hiato de investimentos estatais.

Não obstante, durante esse hiato nos países da periferia do capital vimos uma apropriação desses espaços por parcelas significativas de populações de baixa renda. Na cidade do Rio de Janeiro tivemos o crescimento de ocupações urbanas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores sem-Teto (MTST) bem como de ocupações espontâneas⁵ nas *zonas de obsolescência* próximas ao porto e ao centro, com moradia “ilegal” (do ponto de vista fundiário) e renda informal caracterizando uma *hiperprecarização social do trabalho e da renda*⁶; porém, com uma forte integração à centralidade que a área central proporciona devido as oportunidades ofertadas pela proximidade entre economia formal e informal.

Logo, como hipótese central observamos que a reestruturação portuária da cidade cria uma *raridade espacial*⁷ que nos faz circunscrever ao menos duas perspectivas possíveis para um cenário da Habitação de Interesse Social (HIS) para cidade: (i) a reprodução capitalista busca aspectos da centralidade (geométrica e geográfica) como meio de maximizar ganhos de capitais, aproveitando proximidades e singularidades apropriadas pelos setores; e (ii) ativistas do MTST encontram nesta *raridade espacial* capital facilidades de manutenção da sua vida trabalhista e cotidiana por conta da quantidade e qualidade de oportunidades que o centro lhes proporciona.

Assim, a oferta de HIS no centro da cidade coloca o solo estatal em disputa entre o setor imobiliário e a HIS, pois ambas estão sob a égide das estratégias do mercado validadas pelos projetos de reestruturação urbana do centro⁸ fomentados pelo poder público que

¹ Este artigo faz parte da pesquisa de Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGEO-UERJ) iniciado em fev/2013.

² Engendrada pelo projeto de reestruturação urbana denominado Porto Maravilha. No caso específico do Rio de Janeiro a atuação dos processos de requalificação urbana (denominado de revitalização portuária) estão ocorrendo atualmente na “periferia imediata” da área central, que antes era conhecida como *zona de obsolescência*.

³ Harvey, 2006

⁴ No caso da área central do Rio de Janeiro esse espaço é usado como área residencial periférica ao centro e ao porto, por conta da necessidade dos trabalhadores morarem próximo ao trabalho, isso ocorreu em momentos de abandono desses lugares pelo capital por conta do baixo preço dos imóveis em momentos de obsolescência.

⁵ Comunidades com situação fundiário não regularizada, do ponto de vista da legislação são consideradas “ilegais”.

⁶ Souza, 2008, 2009

⁷ Lefebvre, 2008

⁸ A saber: Veículo Leve sobre Trilhos (VLT); Museu do Amanha no cais do porto, requalificação funcional dos armazéns do porto, demolição do elevador da perimetral, dentre outros.

desde 2010 são influenciados pelo anuncio de uma pretensa “janela de oportunidades de negócios” por conta dos Megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016).

Esse “período promissor” dos Megaeventos tem direcionado a oferta de HIS para as franjas urbanas da região metropolitana da cidade (como visto na tabela 01); destacamos aqui dois dos principais motivos: (i) por causa do valor elevado do solo urbano na área central puxado pelos preços dos imóveis e (ii) principalmente pela falta de interesse político do gestor público municipal que não viabiliza espaços disponíveis dentre os solos concedidos pelo governo federal para implementação das HIS na área central da cidade, por mais que muitos desses terrenos públicos obsoletos já estejam ocupações pelo MTST a mais de 10 anos os quais pela legislação brasileira⁹ têm o direito de converter suas ocupações urbanas em habitações de interesse social. Na realidade o que vemos é uma concentração da localização na produção de habitação do programa Minha Casa Minha Vida no Rio de Janeiro na faixa de 3 a 10 salários mínimos e fora da área central representada na tabela 1 pela região AP1.

Tabela 1
PMCMV– Unidades Habitacionais licenciadas até 07/07/2011

AP	Unidades	%	0 a 3	>3 a 10	%
1	692	1,20%	94	598	0,38%
2	48	0,08%	0	48	0,00%
3	11.374	19,79%	3.740	7.634	15,24%
4	6.721	11,69%	1.000	5.721	4,07%
5	38.639	67,23%	19.714	18.925	80,31%
Total	57.474	100,00%	24.548	32.926	100,00%

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação – julho de 2011

Portanto, associado a reestruturação portuária vemos o surgimento de uma nova centralidade¹⁰ que transforma o espaço urbano num lugar *raro* ao capital¹¹ como também numa raridade espacial da necessidade que viabiliza a luta pela moradia no centro por conta das múltiplas possibilidades que a raridade espacial proporcionará.

A criação de novas centralidades e a luta pela moradia no centro

A história das *requalificações urbanas*¹² do centro da cidade Rio de Janeiro deixou claro que por mais que as mudanças na forma urbana são feitas em tempo recorde as mudanças dos conteúdos sociais são feitas à passos lentos¹³, pois normalmente as reestruturações têm como principais características a *Estética higienista* das cidades; o seu *Embelezamento* e a *Monumentalidade da forma urbana*¹⁴. Para Carlos (2007)

⁹ De acordo com o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) os participantes de movimentos populares pró-moradia têm cotas nos programas de moradias populares.

¹⁰ Carlos, 2007

¹¹ Lefebvre, 2008

¹² Dentre as principais podemos cita a Reforma Pereira Passos (1903 -1906)

¹³ Abreu, 2008

¹⁴ Para Maurício de Abreu essa fala tinha de pano de fundo a especulação imobiliária do centro que atuava na demolição dos cortiços segundo ele na época o pensamento era que a cidade deveria se adequar às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital (Abreu, 1965)

transformações e investimentos advindos do poder público determinam novas centralidades, acumulando serviços nos espaços centrais ao ponto de aliená-los pelos usos excessivos o que inevitavelmente em uma sociedade capitalista acumulação¹⁵ acomodará a contradição entre a nova *raridade espacial* metropolitana e o Estado (regulador e normatizador desse espaço urbano). Logo, novas centralidades impõem novas funções e ações à sociedade gerando segundo Lefebvre a *alienação* dos espaços centrais a partir de generalizações que expulsam a vida cotidiana do centro:

A ordem urbana contém e dissimula uma desordem fundamental. A grande cidade não é apenas vícios, poluições, doença (mental, moral, social). A alienação urbana envolve e perpetua todas as alienações. Nela, por ela, a segregação generaliza-se: por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. Multidão e solidão. Nela o espaço torna-se raro: bem valioso, luxo e privilégios mantidos e conservados por uma prática (o “centro”) e estratégias¹⁶.

Deste modo práticas de acumulação econômica bem como da reprodução da vida cotidiana (como exemplo, o simples *habitar* no centro) competem com a valorização excessiva do espaço central da cidade. Emergindo, no território usado¹⁷ do centro uma *espacialidade diferencial*¹⁸ tamanha que num ápice momento de alienação espacial pode-se proporcionar oportunidades significativas aos atores sociais. A Tabela 02 apresenta uma maior concentração de empregos formais na área central representada pela AP1.

Tabela 2
Distribuição da PEA nas Regiões Administrativas da Cidade do Rio de Janeiro

AP	População MRJ	PEA	Empregos formais	Diferença (empregos – PEA)	% empregos /PEA
Total	6.161	2.964	1.949	-1.015	66%
AP1	232	111	719	607	645%
AP2	943	454	392	-62	86%
AP3	2.323	1.118	455	-663	41%
AP4	859	413	237	-176	57%
AP5	1.804	868	147	-721	17%

Fonte: Jorgensen/2014 (<http://abeiradourbanismo.blogspot.com.br/>)

Esse acesso diferenciado de oportunidades é facilmente perceptível numa das bandeiras da luta dos movimentos sociais urbanos pro-moradia no Brasil, *moradia de qualidade próximo dos grandes centros urbanos*. Pois, quanto mais serviços acessados mais complexo será o nível da espacialidade diferencial e vice-versa desses atores¹⁹ demonstrando que existe uma acumulação econômica e simbólica desigual de quem habita ou não no centro da cidade.

No Rio de Janeiro, segundo estudos de Neves 2003, 56% dos terrenos vazios do centro, localizados na II Região Administrativa do município do Rio de Janeiro (II RA-CENTRO) que abrange os bairros do Centro, Gamboa, Saúde e Santo Cristo pertencem aos entes federativos (União, Estado e município) caracterizando que tais

¹⁵ Castells, 1980.

¹⁶ Lefebvre, 2008, p. 87.

¹⁷ Santos, 2004

¹⁸ Lacoste, 2009

¹⁹ Lacoste, 1988

reestruturas espaciais demandam articulações de caráter social, político, econômico e não apenas setorial. Considerando a valorização econômica por parte do PMCMV vemos essa desigualdade sendo reclamada pelos movimentos sociais urbanos ao Estado colocando em evidência a *diferenciação sócio-espacial* perceptível na oferta de moradias do programa fora da área central da cidade.

Logo, a raridade espacial fomenta a luta dos militantes do MTST da cidade do Rio de Janeiro, pois as reestruturas urbanas que proporcionam a acumulação e a alienação capital no centro fortalecem a subversão do uso do centro através das ocupações urbanas como moradia e, tal luta, coloca o *espaço de raridade* do centro como um ente de múltiplas possibilidades²⁰ para a gestão do espaço do porvir de suas vidas. Se para o mercado a raridade espacial do centro está nas suas intenções econômicas funcionais, para os militantes do MTST a raridade espacial está na necessidade do acesso à

moradia, pois é “nesse nível que ganha expressão as relações entre uso e apropriação dos espaços da vida urbana, revelando o fato de que a análise não se reduz [apenas] ao plano econômico.”²¹.

Essa relação entre intenção mercantil setorizada da atividade imobiliária e a necessidade de HIS torna a área central um espaço de disputa intensificado por novos processos de apropriação e usos (seja pelas reestruturas urbanas ou pelas ocupações do MTST) como formas de atuar por conta da polarização dos serviços deste lugar os quais oferecem novas possibilidades aos seus usuários. De modo que a presença neste lugar da cidade caracteriza um ganho social para todos os segmentos da sociedade civil. O que é muito relevante para o MTST, pois aponta uma dimensão espacial do habitar na cidade, logo ocupar, morar e trabalhar nos centros urbanos são motivos de empoderamento político e ganho econômico para suas vidas, devido a proximidade da acumulação simbólica que o centro proporciona. Isto instrumentaliza a ação de ocupação de prédios públicos no centro das cidades em todo Brasil e a luta pela moradia digna o que vai de encontro à questão do direito à cidade.

No caso do Rio de Janeiro com a reestruturação urbana da zona portuária a *raridade espacial* é disputada pelo Estado como novo lugar que atenda as novas formas de consumo com a imposição de *novas centralidades*²². Isso faz com que o MTST tenha uma nova perspectiva na sua organização política e no seu campo de ação, pois o problema da especulação imobiliária, segundo seus ativistas, precisa ser visto e regulado de forma que seja colocado na agenda nacional um debate amplo sobre suas consequências sociais que num projeto como MCMV pode intensificar novos e antigos problemas urbanos: o retorno da *gentrificação* em áreas centrais; excessiva racionalização do espaço para fins lucrativos em detrimento da vida local, usos espaciais pré-determinados (em nome do turismo global), e, no caso específico da área central do Rio de Janeiro atuação da força policial como repressão aos sujeitos indesejados que não condizem com a ordem estabelecida no espaço e com a centralidade do lugar, ou até mesmo proprietários de imóveis que pela força do mercado

²⁰ Massey, 2004

²¹ Carlos, 2007, p. 69

²² Esses espaços atestam o movimento de passagem do “espaço de consumo para o consumo do espaço”, redefinindo a segregação espacial a partir do uso que atrai o consumidor diferenciado e constituindo uma “centralidade móvel”, associada a monofunção de lazer.

imobiliário querem se desfazer dos seus negócios. Sendo, assim, a apropriação dos usos dos espaços urbanos será diferenciado por conta da venda visual da cidade com vista à captação de lucro via empreendedorismo urbano e limpeza dos indesejáveis da cidade.

Portanto, para que a raridade espacial prevaleça enquanto raridade capital são utilizados discursos officiosos de que esses espaços são obsoletos e sem vida, municiando assim investidas políticas, jurídicas e policiais nas desapropriações e despejos de moradores determinando o controle do solo urbano da área central pela categorização desses espaços como “vazios” e direcionando moradores desses espaços para o projeto habitacional do governo federal MCMV que recebe financiamento do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) o qual é subsidiado pela classe

trabalhadora²³, logo, são interesses capitais setoristas que dificultam a inserção da HIS na área central da cidade do Rio de Janeiro.

O PMCMV no caminho inverso da luta do MTST

A dinâmica de atuação do Ministério das Cidades no planejamento urbano brasileiro de 2003 até os dias de hoje vem orientando sistematicamente uma a reestruturação das áreas centrais das metrópoles brasileiras, baseado na prática de *requalificações urbanas* com alto investimento em liquidação do potencial imobiliário (solo estatal federal) para o setor imobiliário dessas cidades. Criando uma nova organização da HIS na produção espacial fora das áreas centrais por intermédio da criação de *novas centralidades urbanas*²⁴, as requalificações desses espaços liquidados ao poder privado compreendem: revitalizações e reconversões portuárias, transformações de equipamentos urbanos abandonados, liberação de prédios públicos abandonados para iniciativa privada, na maioria dos casos essa transferência é feita pelo intermédio da prefeitura local beneficiando o setor imobiliário e do turismo, essa ação do governo federal inevitavelmente vem determinando mudanças significativas no conteúdo social desses espaços centrais.

Segundo Rolnik (2006) “no vasto e diverso universo de 5.564 municipalidades [há uma] presença de assentamentos irregulares em quase 100% das cidades com mais de 500 mil habitantes e em 80% das cidades entre 100 mil e 500 mil.” (p. 199). Mas que a partir desse panorama o ideal é que as políticas públicas urbanas tenham sua preocupação maior em gestar a permanência desses aglomerados urbanos nos grandes centros com qualidade de vida de forma a não contribuir *para construir um modelo de exclusão territorial nas cidades*²⁵ e não aumentar o “*apartheid*” urbano²⁶ que separa a cidade entre os que têm infraestrutura e os que não têm infraestrutura dos serviços ofertados pelos espaços centrais.

²³ Este fundo habitacional faz parte da Política Urbana Constituinte e, é uma composição de outros fundos tais como: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além do Fundo Nacional Social (FNS) alimentados por tributos retirados dos salários de qualquer trabalhador brasileiro.

²⁴ Carlos, 2007

²⁵ Rolnik, 2006

²⁶ Barbosa, 2001

A construção dessa história no território não é nova isto porque muito se avançou na criação de instâncias públicas de regulamentação dos instrumentos de políticas públicas urbanas (artigos constituintes nº 182 e 183, Lei 10.257 Estatuto das cidades, planos diretores e planos estratégicos) que na sua fase de criação recebeu as reivindicações dos movimentos sociais pró-moradia desde o período que antecedeu o momento constituinte no Brasil de 1988. Segundo Gohn (1991), a constituição garantiu a inserção de uma representatividade no debate político na construção desses instrumentos, caracterizando um avanço na política urbana do país. Portanto, em pleno século XXI os movimentos pró-moradia conclamam um período de regulação e efetivação da política de moradia social e da consolidação desses principais instrumentos de normatização e não o esvaziamento de seu debate.

O que vimos após a criação do Ministério das cidades, em 2003, foi que as áreas centrais nacionais passaram a ser reestruturadas com característica de serem “salvas” pelo Programa Nacional de Reabilitação de Áreas centrais (PNRAC); política nacional específica para as áreas centrais das metrópoles brasileiras que através dos estudos de suas potencialidades o governo federal passou a inventariar seus terrenos vazios; pátios e estruturas abandonadas pertencentes à União para fins de liquidação²⁷ através do Departamento de Liquidação e Extinção (DELIQ) do Ministério do Planejamento.

A criação PNRAC foi uma das principais alternativas do governo brasileiro para dar conta dos inventários das áreas centrais brasileiras, porém infelizmente não colocou em prática o direito a HIS como proposta central deste programa, por mais que a demanda de moradia nos 02 (dois) governos do Presidente Luiz Inácio da Silva e do 1º governo da Presidenta Dilma Roussef estivesse nesses grandes centros, na realidade o que assistimos foi o PNRAC apenas oportunizar áreas para alavancar a indústria do turismo e o setor imobiliário local como no caso do Projeto Porto Maravilha. O que vem reforçando a luta dos movimentos sociais brasileiros pró-moradia pela qualidade da moradia próxima dos centros urbanos. O quadro 01 aponta as principais ocupações urbanas presentes na área central da cidade do Rio de Janeiro.

A esperança dos movimentos sociais pró-moradia é que as políticas públicas urbanas resolvam esses problemas via programa de HIS que é financiados pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, sensibilizando seus operadores, gestores e executores, a saber Caixa Econômica Federal (CEF), governos Municipal e Estadual na figura da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) do Rio de Janeiro contra a intenção de mercado que insere esses moradores na carteira de mutuários da casa própria do sistema financeiro de crédito imobiliário via PMCMV.

²⁷ Essa ação foi instrumentalizada com o Ministério das Cidades/Secretaria de Programas Urbanos e o Ministério de Planejamento junto com o Departamento de Liquidação e Extinção (DELIQ), que “como solução técnica, administrativa e jurídica de alienação de bens das seguintes empresas: RFFSA, CBTU, INSS, DOCAS etc.,” o que deveria acontecer nos moldes da Medida Provisória 292/06 que destina os imóveis pertencentes ao INSS, a RFFSA e a União diretamente aos beneficiários de programas habitacionais. Além disso, a MP 292 determina que os imóveis destinados à habitação de interesse social e regularização fundiária devam ser objeto de avaliação em conformidade com sua destinação. (Ministério das cidades, 2005, p. 23-29).

Quadro 1
Ocupações do MTST na área central do Rio de Janeiro.

AP	OCUPAÇÕES URBANAS	BAIRRO
AP1	Isauro Camargo	Bairro da Urca
	Ocupação Alípio De Freitas	Centro
	Ocupação Anita Garibaldi	Centro
	Edit Stein	Lapa, Centro
	Luiz Carlos Prestes	Centro, Praça Mauá
	Rosa Luxemburgo Ii	Centro
	Ocupação Luísa Mahin	Glória, Centro
	Chiquinha Gonzaga	Centro, Central do Brasil
	Quilombo Das Guerreiras	Centro, Leopoldina
	Manoel Congo	Centro, Cinelândia
	Matadouro	Centro
	Sala Da Fist	Centro
	Escrava Anastácia	Centro, Glória
AP2	Nova Palmares	Vila da Penha
AP3	Tubiacanga	Ilha do Governador
AP4	-----	-----
AP5	Ocupação Olga Benário	Campo Grande

Fonte: <http://fistrj.blogspot.com.br/>

No entanto, não é apenas uma questão de localização das moradias do PMCMV, mas da análise de quanto essas famílias estão sendo expropriadas das benesses reestruturação portuária pela qual passa o centro, pois há um extremo desequilíbrio na distribuição das oportunidades de emprego e moradia na cidade, com profundos e perniciosos impactos sobre a mobilidade da população; pois incentivar a produção habitacional de interesse social fora da área central, para além de uma certa medida, somente aprofunda a segregação sócio espacial da cidade e a formação de mais guetos de pobreza; o desafio efetivo a ser superado é o de aproximar as oportunidades para moradia dos trabalhadores das suas oportunidades de emprego, portanto, incentivar a produção de HIS na área central (AP 1).

Considerações

Portanto, a questão não é, só, de ausência de políticas públicas ou programas habitacionais, e sim da existência de uma forma punitiva para alguns com que se regram as leis. Cada vez aprofundamos mais a linha abissal entre a necessidade de HIS e a localização da mesma, quando temos uma linha imaginária que separa os do lado de cá, partícipes dos direitos sociais, e os do lado de lá, sem nenhuma forma de direito ou de acesso às políticas instituintes de direitos.

Os militantes do MTST da área central da cidade do Rio de Janeiro encontram-se na condição de invisíveis no âmbito dos investimentos públicos duradouros, conduzindo-os a situação de precariedade. Tanto a Tabela 1 quanto o Quadro 1 demonstram a necessidade da luta e resistência do MTST estar concentrada na área central da cidade do Rio de Janeiro, pois produção dessa invisibilidade assinala a banalização das vivências de homens e mulheres pobres, banalizando a injustiça social, pois vemos que há “outros que são mais outros que os outros”, o que nos coloca em confronto com as diferenças sociais e nossas formas de redimensionar limites de circulação, participação, investimentos políticos, econômicos e sociais, e expõe os agentes e atores do espaço em situação de estrangeiro nas políticas públicas das cidades, afastados das centralidades

históricas e espaciais, e expulsos das novas centralidades (espaços de raridade) sem direito de pensar, agir ou sentir o “urbanismo”(na utopia lefebvriana).

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. Revista Rio de Janeiro, Niterói: EdUFF, vol. 01, n. 02, p. 47-58, jan./abr. 1965.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2010. 155 p.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. *Fortaleza Metrópole Regional: trabalho, moradia e acumulação*. Fortaleza: EdUECE, 2010. 208 p.

BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton. (Org). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, p. 125-144, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano, novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: EdUSP, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1991. 220 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço e Tempo na metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

USP/FFLCH, 2007. 123 p.

CAPEL, Horacio. *El modelo Barcelona: un examen crítico*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2009, 119 p.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 590 p.

CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 193 p.

CORREA. Roberto Lobato. *O espaço urbano*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1993. 94 p.

CORREA. Roberto Lobato. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005, 302 p.

DUARTE, Auízio Capdeville. *A área central do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e a luta pela Moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 349 p.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

JORGENSE, Pedro Jr. *Habituação, Emprego e Mobilidade: subsídios para o debate sobre a localização da HIS[1] na cidade do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://abeiradourbanismo.blogspot.com.br/2012/02/habitacao-emprego-e-mobilidade.html>. Acessado em 4/4/2014.

KIDDER, Louise. Observação participante. In SELLIZ, WRIGHTSMAN e COOK. *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Volume 1: delineamentos de pesquisa*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária LTDA. 1987.

LACOSTE, Yves. *Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. 3 ed. São Paulo: Sabotagem Cultural, 1988. 133 p.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008. 176 p.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal/lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Rio de Janeiro: Centauro, 2006. 145 p.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell Publishing, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Editora Ulisseia, 1972, 173p.

MESZAROS, Istevàn. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. 1102 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Brasília/DF: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2008. 204 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Brasília/DF:Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Disponível em:< <http://www.cidades.gov.br/index.php/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/917-biblioteca>>. Acessado em: 15/10/2011

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Reabilitação de Centros urbanos Livro 3*. [Livro explicativo com as políticas do PNRAC coordenação Geral de Raquel Rolnik e Renato Balbim]. Brasília/DF: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2005, 84 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Sistemática 2004. Manual para apresentação de propostas Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Brasília/DF: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2004, 19 p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Sistemática 2011. Manual para apresentação de propostas Programa Fortalecimento da Gestão Urbana*. Brasília/DF: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2011, 19 p.

NEVES, Luiz. VAZIOS URBANOS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO *Preservação e reabilitação urbana*. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Biblioteca_Vazios_Urbanos_Area_Central_RJ.pdf> Acessado em: 05/04/2011.

NOBRE, Eduardo A. C. *Revitalização de áreas centrais degradadas: experiências internacionais*. FAUUSP. São Paulo: Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/revitalizacao_centros.pdf> Acessado em: 05/04/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Decreto nº 322 de 3 de março de 1976 Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D322M.PDF>. Acessado em 04/10/2012

ROLNIK, Raquel. *Construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país - avanços e desafios*. EA: Políticas Sociais: acompanhamento e análise. 12 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_12/ensaio1_raquel.pdf

SANTOS, Milton. *Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço*. São Paulo: EdUSP, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e

CORRÊA Aureanice M. *O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008b.

CORRÊA Aureanice M. Práticas espaciais insurgentes em um mundo globalizado: Da “revolução molecular” à política de escalas. In. MENDONÇA, Francisco (et al. orgs.). *Espaço e Tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE, Curitiba: ADEMADAN, 2009b.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdade sócioespaciais*. In.: CARLOS, Anna Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de Souza; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). *A produção do espaço urbano, agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 123-145, 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

TOBAL, Tòfol. El terciário portuário como indicador de innovación. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Univ. de Barcelona, n. 69, 01/08/2000.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. *Revista do Patrimônio*, n. 24, p. 205-216, 1996.